

35 Ninguém se manifestando o Presidente colocou em votação a Ata da 25ª Reunião
36 Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por
37 unanimidade. Dando continuidade a pauta, o Presidente passou a palavra ao Secretário
38 Executivo para que o mesmo passasse os informes aos conselheiros. O Secretario
39 Executivo iniciou colocando que estava previsto na pauta enviada aos conselheiros uma
40 apresentação sobre o HIDROWEB, cujo objetivo seria procurar uma forma
41 obrigatoriedade para que as PCHs que incluíssem informações no mesmo, porém ao
42 entrar em contato com a ANA, fomos informados que as PCHs já repassam estas
43 informações para o sistema da ANEEL e que esta sendo estudada uma forma de
44 compatibilização entre os sistemas para a inclusão destas informações no HIDROWEB.
45 Em seguida, colocou aos conselheiros que o XII ENCOB – Encontro Nacional de Comitês
46 de Bacia Hidrográfica ocorrerá entre os dias 22 e 26 de novembro de 2010 em
47 Fortaleza/CE, destacando que como nos eventos anteriores será locado um ônibus para
48 levar os representantes da sociedade civil e usuários de água interessados em participar
49 do mesmo. O Presidente passou a palavra a Secretaria do CEHIDRO, que informou aos
50 conselheiros que o Instituto CREATIO solicitou a substituição da conselheira Andréia
51 Schwarz Santos pela Sra. Danielle dos Santos Cruz e o INAE solicitou a substituição da
52 conselheira Maria Dilcéia Barbosa pela Sra. Andréia Schwarz Santos, salientando que
53 estas substituições serão publicadas em diário oficial através de Ato Governamental.
54 Dando continuidade aos informes o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que
55 ocorreu entre os dias 22 e 25 de março a Pré-Conferencia das Águas, onde foi discutida a
56 integração entre as esferas estadual, municipal e federal para a gestão de recursos
57 hídricos, ponderando ainda que o Ministério do Meio Ambiente arcou com algumas
58 passagens para representantes da sociedade civil e usuários de água, porém não para o
59 estado de Mato Grosso e destacando que esta conferência é uma prévia da Conferência
60 das Águas que se realizará em 2011. Em seguida colocou aos conselheiros que esta
61 sendo realizada a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, onde será realizada
62 uma reunião em cada uma das 12 regiões hidrográficas, destacando que o Mato Grosso
63 faz parte de três destas bacias. Colocou ainda que a reunião referente à Região
64 Hidrográfica Paraguai será realizada em Cuiabá, nos dias 03, 04 e 05 de agosto, sendo
65 fundamental a participação de todos os conselheiros, e que as reuniões para a Região
66 Hidrográfica Amazônica e Tocantins Araguaia serão realizadas respectivamente em
67 Manaus/AM e Brasília/DF, sendo possível que o MMA arque com as despesas de ONGs
68 e usuários para os mesmos participarem destes eventos, porém caso seja confirmado os

69 conselheiros deverão indicar seus representantes. Colocou ainda que é necessário que o
70 CEHIDRO indique membros para representá-lo nas comissões organizadoras de cada um
71 dos encontros nas regiões bem como o representante do órgão gestor, sendo que o
72 Secretário Executivo se candidatou a representar o órgão gestor nas mesmas. Ponderou
73 que poderiam ser escolhidos diferentes representantes para cada bacia, destacando que
74 a função de organizar a reunião é de quem irá sediar a reunião, sendo a função dos
75 representantes mais voltada a articulação. A Sr. Leonice Lotufo, Gerente de Fomento e
76 Apoio a Comitês de bacia Hidrográfica da SEMA, ponderou que deve ser definido também
77 o representante dos comitês, ao que foi respondida pelo Secretario Executivo que esta
78 indicação será feita pelo Fórum dos Comitês de Bacia. A conselheira Edenir Serigatto
79 propôs que a UNEMAT ficasse como representante na Região Amazônica, o conselheiro
80 Juciel Miranda propôs que a RAEONGs ficasse como representante na Região Tocantins
81 Araguaia e a conselheira Susan Lannes propôs que a ABES-Cuiabá ficasse como
82 representante na Região do Paraguai. O Presidente colocou aos conselheiros então que a
83 proposta apresentada é que o Secretario Executivo represente o órgão gestor, e que o
84 CEHIDRO seja representado nas Regiões Amazônica, Tocantins Araguaia e Paraguai
85 respectivamente pela UNEMAT, RAEONGs e ABES, colocando em seguida esta proposta
86 em votação, o que foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade aos informes o
87 Secretario Executivo colocou aos conselheiros que conforme havia sido apresentado
88 anteriormente aos mesmo, encontra-se em tramitação no Senado Federal o Projeto de Lei
89 n° 315/2009, que visa alterar a porcentagem do recurso proveniente da compensação
90 financeira pela utilização de recursos hídricos para a geração de energia elétrica
91 destinado aos estados, colocando que no Fórum Nacional de Comitês de Bacia
92 Hidrográfica um representante do estado de São Paulo apresentou um dossiê sobre a
93 tramitação deste PL, o qual foi apresentado ao Secretário de Meio Ambiente do Estado de
94 Mato Grosso que propôs que o tema fosse levado para a Senadora Serys Slhessarenko.
95 Colocou que a reunião com a Senadora foi realizada no gabinete da mesma em Brasília,
96 onde foi colocado nossa preocupação em relação ao PL 315, destacando que a Senado
97 não possuía conhecimento do conteúdo da mesma, porem se propôs a se interar.
98 Destacou ainda que na oportunidade foi entregue a Senadora um volume do Plano
99 Estadual de Recursos Hídricos, tendo a mesma ficado surpresa que o Mato Grosso já
100 possuía um plano aprovado, solicitando ainda que fosse feita uma síntese da Política de
101 Recursos Hídricos de Mato Grosso para subsidiá-la no encontro que teria fora do país
102 onde trataria sobre bacias hidrográficas, o qual já foi enviado á Senadora, juntamente com

103 alguns volumes do PERH. O Presidente colocou aos conselheiros que em virtude desta
104 tramitação do PL, foi elaborada uma Minuta de Moção contrária a mesma e solicitou que a
105 Secretaria do CEHIDRO procedesse a leitura da mesma. Após a leitura a Secretaria do
106 CEHIDRO salientou que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos já aprovou uma
107 Moção sobre o tema com igual teor, sendo que a mesma serviu de base para a
108 elaboração da minuta apresentada. O Presidente colocou então em apreciação a Minuta
109 de Moção nº 08, sendo sugerido pela sra. Leonice Lotufo que fosse acrescentado um
110 considerando informando que apenas dez municípios seriam beneficiados com a
111 mudança no estado de Mato Grosso, sendo complementado pelo Presidente que seria
112 importante incluir um considerando de forma a salientar a não obrigatoriedade dos
113 municípios em aplicar estes recursos na gestão de recursos hídricos, ao que o
114 conselheiro Décio Siebert salientou que é um fato muito importante, pois isto já ocorre
115 atualmente com o recurso proveniente do ICMS ecológico. O conselheiro Juciel Miranda
116 questionou se sabe o posicionamento dos Deputados do Estado de Mato Grosso quanto a
117 esta questão, uma vez que esta discussão já passou pela Câmara dos Deputados, sendo
118 respondido pelo Presidente que não se sabe o posicionamento do mesmo, pois só
119 tomamos conhecimento desta tramitação quando a mesma já se encontrava no Senado.
120 O Presidente colocou então em votação a Moção nº 08, dirigida ao Senado Federal
121 contrária a aprovação do Projeto de Lei nº 315/2009, a qual foi aprovada por
122 unanimidade. O Presidente passou então para o ponto seguinte da pauta, colocando em
123 apreciação a minuta de resolução nº 34, que trata da alteração da Resolução nº 16 de 13
124 de março de 2008 que trata da Rede Hidrológica Básica do Estado de Mato Grosso e
125 solicitou que a Secretaria do CEHIDRO procedesse a leitura da mesma. Após a leitura a
126 conselheira Telma Monteiro ponderou que o texto lido esta diferente do que foi
127 encaminhado por email, sendo colocado pela Secretaria do CEHIDRO que realmente
128 foram feitas algumas alterações que serão explicadas. A conselheira Alessandra Panizi
129 sugeriu que o texto do Parágrafo Único do Art. 2º fosse substituído por “Nas estações
130 citadas no Anexo II serão monitorados somente os parâmetros citados no Inciso I do Art.
131 4º da Resolução nº 16 de 13 de março de 2008”, o que foi aprovado pelos conselheiros. O
132 Presidente passou então a palavra para o Sr. Leandro Maraschin, Coordenador de
133 Ordenamento Hídricos da SEMA, para que o mesmo apresentasse a Minuta. O Sr.
134 Leandro Maraschin iniciou colocando que quando se elaborou a Resolução nº 16 foram
135 colocados somente os pontos onde se tinha também medições de quantidade realizadas
136 pela ANA, porem existem outros pontos que fazemos e temos o interesse de incluí-los,

ponderando ainda que a substituição de ponto foi feita devido a dificuldade de coleta na região, onde se depende da utilização de uma balsa controlada pelos indígenas na região e optou-se em vez de simplesmente se excluir o ponto substituir o mesmo por um na mesma bacia mais a montante. Colocou ainda que nos novos pontos seriam contemplados 2 pontos de coleta na região do COVAPÉ e 3 na região do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba, que será discutido na reunião de hoje ainda. O conselheiro Fernando Shirashi questionou se quando se altera a estação não deve ser alterado o código do HIDRO, sendo respondido pelo Sr. Leandro Maraschin que os códigos são diferentes e que a estação que substituirá a antiga já possui um código por possuir um ponto de quantidade monitorado pela ANA, sendo complementado pelo Sr. Sergio Figueiredo, Gerente de Laboratório e Ensaio da SEMA, que a estação em questão não encontra-se desativada, ponderando que foi necessária a retirada da estação Utiariti por dificuldades de acesso a mesma, ponderando que para que não fosse reduzido um ponto de coleta se optou por substituí-la. O conselheiro Valney Gueno questionou porque o ponto colocado no Ribeirão Sapé e Várzea Grande foi colocado quase na foz do mesmo, sendo respondido pelo Sr. Leandro Maraschin que quanto mais próximo da foz se tem uma maior representatividade da bacia, sendo complementado pelo conselheiro Fernando Shirashi que quando se trata de quantidade a medição no exutório é a forma mais correta e representativa. O Presidente pôs em votação a Minuta de Resolução n° 34, que trata da alteração da Resolução n° 16 de 13 de março de 2008 que trata da Rede Hidrológica Básica do Estado de Mato Grosso, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade a pauta, o Presidente colocou em apreciação a Minuta de Resolução n° 35, que Aprova a Proposta de Criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Sepotuba e solicitou que a Secretaria do CEHIDRO procedesse a leitura da mesma. Após a leitura, o Presidente passou a palavra ao conselheiro Décio Siebert, Presidente da Câmara Técnica de Gestão Participativa. O Conselheiro iniciou sua fala fazendo uma pequena apresentação da Bacia Hidrográfica do rio Sepotuba e sua problemática, destacando a importância da criação do Comitê e ponderando que a Comissão Pré-Comitê já é representativa por possuir em sua composição diversos segmentos. A Secretaria do CEHIDRO colocou que esta proposta de criação do Comitê de bacia Hidrográfica do rio Sepotuba foi encaminhada à Secretaria executiva do CEHIDRO, a qual analisou o processo e emitiu um parecer favorável a aprovação da proposta, sendo a mesma encaminhada a CTGPar para apreciação, e após a aprovação na mesma encaminhada a Plenária do Conselho, de forma que a mesma seguiu todos os procedimentos legais

necessários. O Secretário Executivo solicitou a Sra. Leonice Lotufo, Gerente de Fomento e Apoio a Comitês de Bacia Hidrográfica, que falasse aos conselheiros sobre a importância da criação deste comitê. A Sra. Leonice Lotufo colocou aos conselheiros que o comitê tem a função de decidir como será a gestão da água na bacia de atuação, destacando que a existência do COVAPÉ já dá uma visibilidade ao estado e que a criação de um novo comitê é uma vitória, pois ele irá reunir forças e complementar o sistema estadual de recursos hídricos, ponderando que o trabalho no comitê é um trabalho voluntário e para que o mesmo funcione é necessária a existência de parcerias. O conselheiro Valnei Gueno parabenizou a Comissão Pré-Comitê e colocou que já esta sendo discutida uma articulação entre o COVAPÉ e a Comissão Pré-Comitê para se formar uma associação dos Comitês de Bacia no Estado com o objetivo de aumentar a força e possibilitar a busca pela sustentabilidade dos mesmos. A Sra. Leonice Lotufo sugeriu que na Resolução se colocasse a entidade que cada membro da comissão Pré-Comitê representa, o que foi aprovado pelos conselheiros presentes. O Presidente colocou então em votação a Minuta de Resolução nº 35, que Aprova a Proposta de Criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Sepotuba, a qual foi aprovada por unanimidade. O Presidente então informou aos conselheiros que a pauta já foi apreciada e abriu para assuntos gerais, passando a palavra para a conselheira Alessandra Panizi, que parabenizou o Presidente por participar efetivamente da reunião, ponderando que Secretários de Meio Ambiente anteriores não participavam da reunião e destacando que esta participação fortalece o CEHIDRO. Colocou ainda que segundo um parecer da Procuradora Ana Flávia os advogados que participam dos Conselhos devem se retirar dos mesmos ou se colocar na OAB como incompatíveis com o exercício da advocacia, não podendo desta forma exercer a profissão o que inviabiliza a participação dos profissionais que não estejam em cargos públicos, ponderando que este afastamento enfraquece os Conselhos porque os advogados trazem casos e auxiliam na análise da legalidade dos temas discutidos e solicitou ao Presidente que auxiliasse na revisão disto, para que os advogados não tenham que se afastarem dos Conselhos. O Presidente agradeceu a colocação da conselheira sobre sua participação e colocou que a participação dos advogados é importante também para os Conselhos, porem esta é uma questão interna da OAB que deve ser resolvida entre os advogados, ponderando que esta decisão foi oriunda de um caso específico onde um conselheiro do CONSEMA que também era advogado da parte. O Presidente colocou ainda que é de suma importância a participação dos advogados de forma a auxiliar que as resoluções atinjam o efeito desejado,

205 ponderando que esta aberta para auxiliar no que for possível para a resolução do caso,
206 destacando que ainda não sabe como resolvê-lo, mas que a solução será buscada. O
207 Presidente passou a palavra para o conselheiro Décio Siebert, o qual colocou que é
208 importante que o Presidente se manifesta na forma como esta sendo feito em relação as
209 questões hídricas, inclusive participando ativamente da reunião do CEHIDRO e
210 parabenizou-o pela sua atuação. O conselheiro Fernando Shirashi colocou que a questão
211 levantada pela conselheira Alessandra é preocupante pois além de engenheiro ele
212 também é advogado. O Conselheiro José Ferraz colocou que corrobora a opinião do
213 conselheiro Décio Siebert e ponderou que é importante se ter a participação dos
214 advogados no conselho e que seria interessante até que se resolva esta questão que os
215 mesmos possam participar como ouvintes das reuniões, ao que o Presidente respondeu
216 que não existe problema quanto a participação dos mesmos como ouvintes, mas que a
217 questão já está resolvida, sendo necessário se verificar somente como proceder. A
218 conselheira Alessandra Panizi ponderou que neste momento a questão é mais política,
219 sendo necessário mais tempo para se discutir a questão, destacando que os ofícios
220 pedindo o afastamento dos advogados devem ser enviados já na segunda-feira, ao que o
221 Presidente respondeu que não enviará os ofícios na segunda e sim na sexta para que se
222 busque uma solução para este problema ainda esta semana. O conselheiro José Ferraz
223 ponderou que esta questão enfraquecerá o Conselho e é importante se ter mais prazo
224 para discutir a questão. O conselheiro Wagner Florentino questionou se a cidade de
225 Nobres faz parte da APA Cabeceiras do rio Paraguai, ao que o Presidente colocou que
226 verificará esta informação. A conselheira Telma Monteiro colocou que gostaria de se
227 reportar a uma ata do ano passado, onde ficou acordado que a SEMA através da
228 fiscalização iria cobrar o licenciamento dos sistemas de abastecimento de água dos
229 municípios, ponderando que estão ocorrendo problemas quanto a captação e solicitou
230 que fosse enviado a SES a listagem dos municípios que foram notificados, dos que já se
231 licenciaram e dos que se encontram em processo de licenciamento, ao que o Presidente
232 colocou que será verificado e encaminhado. O conselheiro Valnei Gueno parabenizou o
233 Presidente por manter a equipe da Superintendência de Recursos hídricos, pois isto
234 garante uma continuidade nos trabalhos já realizados, e o convidou para conhecer o
235 COVAPÉ, ao que o Presidente respondeu que o Secretário Executivo irá agendar a visita.
236 A conselheira Josita Priante questionou se o convite não se estenderia a todos os
237 conselheiros, ao que o conselheiro respondeu positivamente. O conselheiro Valnei Gueno
238 solicitou que fosse incluído na pauta da próxima reunião uma discussão sobre cobrança

pelo uso da água, como uma forma de se fortalecer o Comitê. O Presidente questionou se é necessário se entrar nesta questão, ao que o Secretário Executivo colocou que esta é uma realidade de outras regiões do país, não sendo somente recursos oriundos da cobrança que mantêm os comitês, mas também repasses do Estado, o que esta sendo buscado através da fonte 109. O conselheiro Décio Siebert colocou que PCHs não pagam compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para a geração de energia elétrica, porem em alguns lugares existem sete em seqüência que podem causar mais impacto que uma UHE, sendo colocado pela conselheira Susan Lannes que o órgão ambiental pode cobrar esta compensação nos casos em que os impactos forem somados. O Presidente agradeceu as manifestações de apoio dos conselheiros, colocando que tem uma relação com o meio ambiente há certo tempo, tendo participado da Política de Meio Ambiente do Estado durante os últimos quatro anos o que motivou a sua indicação ao cargo, bem como uma forma de se dar continuidade nos trabalhos já desenvolvidos. Colocou ainda que reconhece a importância das mais diversas políticas relacionadas a área e que pretende que a dedicação as mesmas seja a mais positiva possível, colocando-se a disposição dos conselheiros. O Presidente agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 12min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

ALEXANDER TORRES MAIA
Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 06/08/2010.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*